

Condições e modo de pagamento:

Em numerário, em cheque passado à ordem do Conselho Administrativo da Directoria Nacional da Polícia Judiciária, ou em depósito na conta bancária da Caixa Geral de Depósitos, Estefânia — Lisboa com o NIB 003502920000437833085.

IV.3.4) Prazos de recepção das propostas ou dos pedidos de participação:

Data: 30/07/2007.

Hora: 17.

IV.3.6) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação:

PT.

IV.3.7) Período mínimo durante o qual o concorrente é obrigado a manter a sua proposta:

Período em dias: 120 (a contar da data limite para a recepção das propostas).

IV.3.8) Condições de abertura das propostas:

Data: 31/07/2007.

Hora: 10.

Lugar: sala de reuniões da Directoria Nacional da Polícia Judiciária.

Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas:

Sim.

Ao acto público pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e seus representantes, devidamente credenciados.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**VI.2) CONTRATO RELACIONADO COM UM PROJECTO E/OU PROGRAMA FINANCIADO POR FUNDOS COMUNITÁRIOS**

Não.

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 04/06/2007.**Anexo A****ENDEREÇOS SUPLEMENTARES E PONTOS DE CONTACTO****I) ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Designação oficial:

Polícia Judiciária.

Endereço postal:

Rua de Gomes Freire, 174.

Localidade:

Lisboa.

Código postal:

1169-007.

País:

Portugal.

Pontos de contacto:

Departamento de Administração Financeira e Patrimonial, Área de Administração Patrimonial (DAFP/AAP).

A atenção de:

Júri do concurso.

Telefone:

218641537, 914062316 (Paulo Gonçalves Ribeiro), 218641625.

Correio electrónico:

paulo.ribeiro@pj.pt

Fax:

213153385.

Endereço internet:

www.pj.pt

II) ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO JUNTO DOS QUAIS SE PODE OBTER O CADERNO DE ENCARGOS E OS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (INCLUINDO DOCUMENTOS RELATIVOS A UM SISTEMA DE AQUISIÇÃO DINÂMICO)

Designação oficial:

Polícia Judiciária.

Endereço postal:

Rua de Gomes Freire, 174.

Localidade:

Lisboa.

Código postal:

1169-007.

País:

Portugal.

Pontos de contacto:

Departamento de Administração Financeira e Patrimonial, Área de Administração Financeira (DAFP/AAF), Tesouraria.

Telefone:

218641766.

Fax:

213153385.

Endereço internet:

www.pj.pt

III) ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO

Designação oficial:

Polícia Judiciária.

Endereço postal:

Rua de Gomes Freire, 174.

Localidade:

Lisboa.

Código postal:

1169-007.

País:

Portugal.

Pontos de contacto:

Departamento de Administração Financeira e Patrimonial, Área de Administração Patrimonial, Sector Património (DAFP/AAP/SP).

Telefone:

218641369, 218641056, 218641447.

Fax:

213153385.

Endereço internet:

www.pj.pt

Anexo B**INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS LOTES****Lote n.º 1****Título: AOV de veículo automóvel ligeiro de passageiros, 3 volumes****1) DESCRIÇÃO SUCINTA**

Viatura ligeira 3 volumes, 1460 e 1998 cc, mínimo 90 cv, gasóleo, 4 portas
Quantidade: 6 (seis)

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)

Objecto principal.

Vocabulário principal: 60117100.

Vocabulário complementar: X028.

Lote n.º 2**Título: AOV de veículo automóvel ligeiro de passageiros, 2 volumes****1) DESCRIÇÃO SUCINTA**

Viatura ligeira 2 volumes, pequenos familiar, segmento C, 1461 e 1996 cc, mínimo 85 cv, gasóleo, 5 portas.
Quantidade: 55 a 65.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)

Objecto principal.

Vocabulário principal: 60117100.

Vocabulário complementar: X028.

Lote n.º 3**Título: AOV de veículo automóvel ligeiro de passageiros, 2 volumes****1) DESCRIÇÃO SUCINTA**

Viatura ligeira 2 volumes, utilitários, segmento B, 1248 e 1493 cc, mínimo 70 cv, gasóleo, 5 portas.
Quantidade: 15 a 25.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)

Objecto principal.

Vocabulário principal: 60117100.

Vocabulário complementar: X028.

4 de Junho de 2007. — O Director Nacional, *Alípio Ribeiro*.

2611020701

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Circunscrição Florestal do Centro

ANÚNCIO DE CONCURSO

Obras

Fornecimentos

Serviços

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?

NÃO SIM

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE**I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

Organismo DGRF — Circunscrição Florestal do Centro	À atenção de DGRF — Circunscrição Florestal do Centro
--	---

Em caso afirmativo, indicar o projecto/programa, bem como qualquer referência útil PIDDAC/Medida AGRIS — Acção 3 — Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas — Subacção 3.4 — Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos, conforme Portaria n.º 327/2003, de 21 de Abril, alterada pela Portaria n.º 149/2004, de 12 de Fevereiro.

* Cfr. descrito no Regulamento CPV 2151/2003, da Comissão, publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* n.º L329, de 17 de Dezembro, para os contratos de valor igual ou superior ao limiar europeu.

ANEXO A

1.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Organismo DGRF — Núcleo Florestal do Centro Litoral	À atenção de DGRF — Núcleo Florestal do Centro Litoral
Endereço Avenida de D. Dinis, Apartado 61	Código postal 2430-901
Localidade/Cidade Marinha Grande	País Portugal
Telefone 244570040	Fax 244570069
Correio electrónico nfcentro-litoral@dgrf.min-agricultura.pt	Endereço Internet (URL) www.dgrf.min-agricultura.pt

1.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO

Organismo DGRF — Núcleo Florestal do Centro Litoral	À atenção de DGRF — Núcleo Florestal do Centro Litoral
Endereço Avenida de D. Dinis, Apartado 61	Código postal 2430-901
Localidade/Cidade Marinha Grande	País Portugal
Telefone 244570040	Fax 244570069
Correio electrónico nfcentro-litoral@dgrf.min-agricultura.pt	Endereço Internet (URL) www.dgrf.min-agricultura.pt

1.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PE- DIDOS DE PARTICIPAÇÃO

Organismo DGRF — Núcleo Florestal do Centro Litoral	À atenção de DGRF — Núcleo Florestal do Centro Litoral
Endereço Avenida de D. Dinis, Apartado 61	Código postal 2430-901
Localidade/Cidade Marinha Grande	País Portugal
Telefone 244570040	Fax 244570069
Correio electrónico nfcentro-litoral@dgrf.min-agricultura.pt	Endereço Internet (URL) www.dgrf.min-agricultura.pt

4 de Junho de 2007. — O Subdirector do Centro, *António Gravato*.
2611020638

ANÚNCIO DE CONCURSO

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

Designação oficial:
DGRF — Circunscrição Florestal do Centro.
Endereço postal:
Rua do Cónego António Barreiros — Quinta do Soqueiro.
Localidade:
Viseu.
Código postal:
3500-093.
País:
Portugal.
Pontos de contacto:
DGRF — Circunscrição Florestal do Centro.
À atenção de:
Núcleo Florestal do Centro Litoral.
Telefone:
244570040.
Correio electrónico:
nfcentro-litoral@dgrf.min-agricultura.pt

Fax:
244570069.
Endereços internet:
Endereço geral da entidade adjudicante:
www.dgrf.min-agricultura.pt
Mais informações podem ser obtidas no seguinte endereço:
Outro: preencher anexo A.I.
Caderno de encargos e documentos complementares (incluindo documentos para diálogo concorrencial e para um Sistema de Aquisição Dinâmico) podem ser obtidos no seguinte endereço:
Outro: preencher anexo A.II.
As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para o seguinte endereço:
Outro: preencher anexo A.III.

I.2) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE E SUAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES

Ministério ou outra autoridade nacional ou federal, incluindo as respectivas repartições regionais ou locais.
Serviços gerais das administrações públicas.
A entidade adjudicante está a contratar por conta de outras entidades adjudicantes:
Não.

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONTRATO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante:
Aquisição de serviços para execução do projecto AGRIS n.º 2004.30.001604.7 — Mata Nacional das Dunas de Quiaios.
II.1.2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços:
c) Serviços:
Categoria de serviços n.º 27.
Principal local de execução, de entrega ou da prestação dos serviços:
Mata Nacional das Dunas de Quiaios — concelho da Figueira da Foz.
Código NUTS: PT162.
II.1.3) O anúncio implica:
Um contrato público.
II.1.5) Breve descrição do contrato ou das aquisições:
Operações de silvicultura preventiva em 498,85 ha e infra-estruturas florestais em 9,5 km.
II.1.6) Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos):
Objecto principal:
Vocabulário principal: 77230000.
II.1.7) O contrato está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?
Não.
II.1.8) Divisão em lotes:
Não.
II.1.9) São aceites variantes:
Não.

II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO CONTRATO

II.2.1) Quantidade ou extensão total:
Operações de silvicultura preventiva em 498,85 ha:
Limpeza de povoamentos em 404 ha;
Abertura de linhas corta-fogo em aceiros numa área de 35,30 ha;
Abertura de linhas corta-fogo em arrifes numa área de 59,55 ha;
Infra-estruturas florestais:
Beneficiação de rede divisional:
Melhoramento de arrifes numa extensão de 9,5 km.
Valor estimado, sem IVA: 256 200,00.
Divisa: euro.
II.2.2) Opções:
Não.

II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO PARA A SUA EXECUÇÃO

Período em dias: 120 (a contar da data de adjudicação).

SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONTRATO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas:
5% do valor da adjudicação sem IVA.
III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam:
PIDDAC/Medida AGRIS — Acção 3 — Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas — Subacção 3.4 — Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos, conforme Portaria n.º 327/2003, de 21 de Abril, alterada pela Portaria n.º 149/2004, de 12 de Fevereiro.
III.1.3) Forma jurídica que deve assumir o agrupamento de operadores económicos adjudicatário:
É permitida a apresentação de propostas por agrupamento de concorrentes nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, o qual deve assumir a forma jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária e ilimitada, antes da celebração do contrato, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Junho.
III.1.4) Existem outras condições especiais a que está sujeita a execução do contrato:
Não.